

# Novas bases para discutir...

por Paulo Sotero  
de Boston

(Continuação da 1ª página)

Brasil", observou com ironia Daniel Dantas, diretor do Banco de Investimentos Itaú, do Rio de Janeiro, engenheiro com pós-graduação no MIT que participou de um dos três países de debate.

Embora não se referisse à decisão brasileira, dois prêmios Nobel de Economia, Paul Samuelson e Franco Modigliani, atribuíram aos empréstimos excessivos dos bancos e às políticas econômicas dos EUA na última década a principal parte da responsabilidade pela crise.

As manifestações de compreensão pela dificuldade do governo brasileiro e dos demais países endividados vieram, até mesmo de fontes improváveis como do ex-ministro de Planejamento, Mário Henrique Simonsen, crítico frequente das políticas econômicas do atual governo.

Comentando uma crítica feita por Rimmer De Vries, economista chefe do Morgan Guaranty Trust, de Nova York, a respeito das causas internas do fracasso do Plano Cruzado, Simonsen tirou as luvas e lembrou-lhe de uma realidade freqüentemente esquecida pelos banqueiros: "O Plano Cruzado foi implementado por políticos", afirmou o ex-ministro. "Eles fizeram o mesmo que os políticos americanos fizeram quando aumentaram o

déficit para ser financiado pelo resto do mundo."

Com as óbvias exceções dos representantes dos bancos comerciais e do governo americano, a maioria dos participantes do seminário do MIT mostrou-se inclinada a concordar com a essência da posição brasileira que é chegada a hora de buscar novos e mais ágeis mecanismos de financiamento. Houve, de certo, quem reconhecesse que erros que poderiam ser evitados foram cometidos na implementação do plano. E ninguém melhor para fazê-lo que os economistas Péricio Arida e André Lara Rezende, os dois países originais do Plano Cruzado, presentes à conferência.

Mas, ainda que erros nãotivessem sido feitos, observou Arida, o Brasil enfrentaria dificuldades porque a capacidade ociosa cuja utilização possibilitou o cres-

cimento entre 1984 e 1986 já estava ocupada e a economia brasileira estaria logo diante de novo gargalo provocado pela falta de financiamentos externos para manter a expansão.

"Os países fizeram ajustamentos em 1982-83, a um preço interno altíssimo, acreditando na premissa de que os fluxos de empréstimos voluntários seriam reiniciados", afirmou Arida.

"O Brasil ajustou sua economia mas isto não foi acompanhado por taxas de risco mais baixas e de novos empréstimos." Diante disso, por que ajustar se não se pode gozar dos frutos do ajustamento?", perguntou o economista brasileiro.

Mário Brodersohn, secretário das Finanças e principal negociador da dívida Argentina, afirmou que a dificuldade que seu país encontra hoje, na busca de recursos externos, ilustra a falta de reciprocidade dos credores do processo de negociação. Lembrando que, depois de submeter-se a um ajustamento que custou uma queda de 15% da renda per capita de iniciar reformas que levam em conta a necessidade de um aumento da taxa de poupança interna e de uma melhor alocação de recursos, a Argentina enfrenta hoje um cenário de "commodities" com preços deprimidos e negociações difíceis com seus credores para obter cerca de US\$ 2 bilhões que provavelmente só começariam a ser desembolsados em setembro ou outubro deste ano, um ano depois do início das negociações.

"Em 1980, os bancos e governos fizeram empréstimos voluntários de US\$ 8 bilhões para a Argentina para financiar a fuga de capitais cobrando a metade do "spread" que cobram

hoje e sem se preocuparem com a política econômica que o país seguia na época".

Afirmou, Brodersohn que a Argentina precisa ter uma taxa de crescimento de 4% pelos próximos seis anos para alcançar em 1992 o mesmo nível que tinha em 1975.

O próprio Rimmer De Vries, do Morgan Guaranty, reconheceu que a atual estratégia corre sério risco de colapso, apontando para o forte perigo de uma recessão nos Estados Unidos, caso a Alemanha Ocidental e o Japão continuem a resistir à adoção de políticas expansionistas. Ainda que insistindo na tese de que os empréstimos voluntários voltarão para a América Latina, ele mesmo admitiu que não há muitos exemplos a oferecer neste momento e afirmou que será necessário muita imaginação e criatividade na busca de novas soluções para evitar que a crise se agrave.

Se existe acordo sobre a exaustão da atual abordagem, o que impede a busca de novos caminhos? Paul Krugman, professor do M.I.T., acredita que parte da resposta está no que ele chamou de "degeneração da qualidade intelectual da discussão. O problema principal, que é a ausência de fluxos de capital, não está sendo focalizado".

Krugman, Simonsen e vários outros participantes do simpósio previram que a solução do problema da dívida passará inevitavelmente pela capitalização de juros, uma questão que o governo brasileiro parece disposto a levantar nas próximas negociações com os bancos. "A única dúvida é se isso acontecerá de forma negociada ou através de uma ação unilateral", afirmou o economista do M.I.T.

# Novas bases para discutir a dívida

17 MAR 1987  
por Paulo Sotero

de Boston

NETA  
GANE

A decisão do governo brasileiro de suspender unilateralmente o pagamento dos juros da dívida externa encontrou surprendentemente um alto grau de compreensão durante um seminário realizado ontem aqui pelo Departamento de Economia do Massachusetts Institute of Technology (MIT).

O encontro, que reuniu cerca de duzentos economistas, analistas de mercado, executivos de bancos de investimento e de bancos comerciais, bem como representantes de governo, revelou que há um forte consenso sobre o esgotamento da receita até agora empregada para tratar da questão da dívida devido a três fatores principais: os anêmicos índices de crescimento da economia mundial; o aumento do protecionismo; e, sobretudo, a falha dos credores oficiais e privados em cumprir a sua parte do trato feito na primeira fase da renegociação da dívida, mantendo os fluxos de capitais necessários para financiar o crescimento dos países endividados, que, bem ou mal, estão ajustando suas economias.

"Somente uma ação unilateral de um dos principais atores talvez seja capaz de provocar a busca de solução em novas bases", afirmou o economista Stanley Fisher, do MIT, fazendo um resumo das discussões. "E há uma chance de que esse processo já tenha começado", acrescentou, referindo-se à moratória brasileira.

"Se o Sarney fizesse uma pesquisa de opinião entre os participantes dessa conferência, conseguiria mais apoio para a moratória aqui do que conseguiu no

(Continua na página 27)

O presidente José Sarney afirmou, de acordo com o porta-voz da Presidência, Frota Neto, que não seria prudente nenhum movimento no sentido de isolar o País na renegociação da dívida externa, fechando-se acordos mais favoráveis com outras nações em débito, enquanto o principal devedor, o Brasil, não recebe nenhum aceno para o início das negociações.